



Congresso derruba veto a piso salarial de agente comunitário



Das galerias do Plenário, agentes comunitários comemoram a rejeição do veto à remuneração mínima para a categoria

Parlamentares alegaram que a manutenção do piso salarial previsto na lei aprovada em julho é um compromisso com a valorização dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias

O Congresso Nacional derrubou ontem o veto do presidente da Michel Temer ao piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Assim, a remuneração mínima da categoria deve chegar a R\$ 1.550 até 2021.

— Os agentes têm um papel fundamental num país em que a saúde pública é

precária. Essas pessoas são anjos da guarda sem asas — afirmou o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Outros oito vetos presidenciais foram mantidos. Entre eles, está a anistia a multas concedidas a caminhoneiros durante a greve do início deste ano.

O Congresso voltará a se reunir no dia 24 com sete vetos na pauta. **3**

Mercosul terá equipe de combate ao crime **5**

Segue para sanção regra sobre duplicata virtual **5**

Comissão aprova relatório sobre doenças raras **2**

Finlândia tem novo embaixador brasileiro **4**

Avança projeto sobre controle de pragas urbanas **8**

Plenário aprova três propostas para tentar diminuir burocracia

Facilitar a abertura e o fechamento de empresas, estabelecer normas para serviços notariais e de registro e simplificar o encerramento de sociedades simples. Esses são os objetivos das propostas

que os senadores aprovaram ontem para combater a burocracia. Os projetos, que seguiram para a Câmara, foram elaborados pela Comissão da Desburocratização, que atuou até 2017. **5**



Eunício conduz sessão que aprovou projetos que visam acelerar procedimentos



Intermediação de serviços prevista na proposta deverá ser gratuita

Projeto beneficia cidadãos na relação com cartórios do país

Proposta aprovada ontem pelo Plenário e enviada à Câmara obriga os cartórios a intermediarem os pedidos de usuários feitos a outras unidades. Na prática, o cidadão poderá pedir e receber na cidade

onde mora, gratuitamente, documentos registrados em cartórios de especialidade semelhante em todo o território nacional. O projeto foi apresentado pela Comissão da Desburocratização. **4**

Prazo para emendas ao Orçamento acaba em 1º de novembro

Parlamentares, comissões e bancadas estaduais do Senado e da Câmara têm até 1º de novembro para apresentar emendas ao projeto do Orçamento de 2019. A data foi anunciada ontem pelo presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. **7**

Confirmada criação de 164 cargos para pasta da segurança

Os cargos, todos de livre nomeação, fazem parte da estrutura do Ministério da Segurança Pública, criado no início deste ano, e foram previstos em uma medida provisória que perderia a validade ontem, caso não tivesse sido votada. **7**

O Brasil em construção
Exposição comemorativa aos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 17 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional
Mais informações: cn.leg.br/visite



Comissão acata parecer sobre doenças raras

A proposta visa, principalmente, resolver o problema do desabastecimento de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras e estruturar melhor a política de atendimento do SUS

“A SUBCOMISSÃO ESPECIAL sobre Doenças Raras cumpriu inteiramente o seu papel”, concluiu Ronaldo Caiado (DEM-GO) em seu parecer final, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Instalada em agosto de 2017, a subcomissão foi presidida por Waldemir Moka (PMDB-MS), autor do requerimento para a criação do colegiado. O objetivo foi propor inicia-

tivas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com doenças raras, assim como aprimoramentos na legislação específica.

Do ponto de vista clínico, as doenças raras são, em geral, crônicas, progressivas, degenerativas e muitas vezes causam óbito. Não dispõem de tratamento curativo eficaz — embora existam medicamentos para tratamento sintomático em alguns casos

— e, frequentemente, afetam a qualidade de vida dos pacientes e seus familiares. Estima-se que menos de 5% das doenças raras tenham algum tipo de tratamento eficaz.

Caiado acredita que a participação de pacientes, familiares e representantes do poder público ao longo do funcionamento da subcomissão contribuiu para uma solução definitiva de muitos problemas assistenciais apontados pelos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

O senador lembrou a atuação decisiva da subcomissão para a rápida aprovação do PLC 56/2016, que instituiu a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do SUS. Ao elogiar os trabalhos da subcomissão, senadores como Marta Suplicy (MDB-SP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ana Amélia (PP-RS) alertaram para a necessidade de que a Câmara vote rapidamente as emendas a esse projeto.



Ronaldo Caiado elogia participação da sociedade na elaboração do parecer

Indicação para tribunal militar segue ao Plenário

A indicação do tenente-brigadeiro do ar Carlos Vuyk de Aquino ao cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A indicação, relatada por Simone Tebet (MDB-MS) na CCJ, segue com pedido de urgência para votação no Plenário.

Na sabatina, Givago Tenório (PP-AL) pediu que Aquino avaliasse a recente alteração do Código Penal Militar (Lei 13.491, de 2017) estabelecendo que compete à Justiça Militar julgar crimes cometidos por militares das Forças Armadas contra civis quando estiverem de serviço.

Aquino se disse favorável à mudança, já que, segundo ele, as circunstâncias são muitas vezes similares a uma guerra e seria difícil para um comandante militar avançar no combate sem que a tropa tenha respaldo jurídico.

O militar destacou que a Justiça comum tem dificuldade em entender a natureza do combate.

Outra questão levantada foi o excludente de ilicitude — situação em que se justifica a prática de um crime — em razão do trabalho do militar.

Givago lembrou dois projetos que tramitam na Câmara (PL 9.564 e PL 9.733, ambos de 2018).

— Essas medidas não vêm

para perturbar, mas para dar condições aos agentes do Estado de cumprirem seu dever e a lei.

Na opinião do militar, contudo, a Justiça Militar “é muito mais dura que a Justiça comum”, e o importante é que o julgador conheça de fato a natureza do trabalho militar.

Jorge Viana (PT-AC) falou do que considerou uma ameaça à hierarquia militar por parte do capitão da reserva Jair Bolsonaro, que teria brincado com um tenente-coronel, dizendo: “Estou dando continência para o coronel, mas quem vai mandar no Brasil serão os capitães”.

Hierarquia

Aquino respondeu que, caso eleito, Bolsonaro deixa a patente de capitão para assumir o comando supremo.

— Nosso ordenamento

jurídico é claro sobre como o presidente é o comandante-em-chefe das Forças Armadas.

Natural do Rio de Janeiro, Carlos Vuyk de Aquino tem 62 anos e ingressou na Força Aérea em 1973. Com MBAs em gerência de projetos e administração, tem pelo menos 10 condecorações recebidas em 45 anos de carreira. Atualmente é comandante de Operações Aeroespaciais.

De acordo com a relatora da indicação, a trajetória do militar inclui, entre outros postos, o comando do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, em Brasília; a chefia da Divisão Técnica da Comissão de Fiscalização e Recebimento de Material, nos Estados Unidos; e a presidência da Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia.



Na opinião de Aquino, Justiça Militar é mais rigorosa do que a comum



Governador do Ceará, Camilo Santana, mostra contrato a Eunício

Eunício e Camilo anunciam recursos para ações no Ceará

O governador do Ceará, Camilo Santana, apresentou ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, a assinatura de contrato de financiamento entre o estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 70 milhões.

A autorização para liberação de recursos foi aprovada em julho pelo Senado e contou com a articulação de Eunício. Os recursos vão viabilizar o financiamento

parcial do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará.

Entre as ações do programa, estão a modernização do sistema de informações contábeis e o aperfeiçoamento do planejamento orçamentário e de gestão da dívida pública.

— Esse investimento vai melhorar a prestação dos serviços à população cearense — afirmou Eunício.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

É preciso ampliar a oferta em saúde, alerta Sandoval

Airton Sandoval (MDB-SP) disse ontem que a falta de investimentos pode inviabilizar o atendimento da população nas redes de saúde pública e privada.

Segundo ele, o aumento da expectativa de vida, a redução das taxas de mortalidade e o crescimento da população exigem medidas para ampliar a oferta de serviços de saúde. Enquanto isso, o setor experimenta o fechamento de leitos e hospitais, lamentou o senador.

— Deveríamos estar assistindo, isso sim, à ampliação do atendimento.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Regina Sousa denuncia mortes por soterramento

Regina Sousa (PT-PI) denunciou ontem as mortes por soterramento em armazéns de grãos. Ela leu reportagem realizada pela BBC News Brasil sobre o tema, lembrando que, no ano passado, 24 trabalhadores morreram por essa causa em silos de armazenamento, principalmente de soja.

A senadora afirmou que os estados onde mais ocorrem essas mortes são exatamente os campeões do agronegócio. Ela disse que é preciso se preocupar mais para evitar esse tipo de acidente de trabalho.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCAJ Lei orçamentária anual

10h Análise das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2019.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão destinada a discursos dos senadores e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Congresso mantém piso de agente comunitário

Aumento do piso salarial de agentes de saúde e de combate às endemias foi aprovado pelo Congresso em julho, junto com a regulamentação da profissão, mas tinha sido vetado pelo governo

DEPUTADOS E SENADORES reunidos em sessão conjunta do Congresso Nacional ontem decidiram derrubar o veto do presidente da República, Michel Temer, ao piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Assim volta a valer a remuneração nacional da categoria prevista na Medida Provisória (MP) 827/2018, aprovada em julho pelo Congresso. Pela MP, os agentes receberão R\$ 1.250 a partir de 2019; R\$ 1.400 em 2020 e R\$ 1.550 em 2021.

Temer sancionou a nova regulamentação profissional da categoria (Lei 13.708, de 2018), mas vetou os seis pontos do texto que tratavam do reajuste. O Congresso manteve apenas o veto ao artigo que determinava que, a partir de 2022, o piso seria reajustado anualmente em percentual definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Segundo o governo, a medida aprovada pelo Congresso cria despesas obrigatórias sem estimativa de impacto orçamentário e viola a iniciativa reservada ao presidente da República no que diz respeito à criação de cargos e aumento de sua remuneração.

Parlamentares defenderam a derrubada do veto. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e a deputada Erika Kokay (PT-DF) destacaram o compromisso do Congresso na valorização desses profissionais.

— Aprovamos este reajuste até 2021, foi vetado pelo presidente da República, mas a última palavra é do Legislativo — ressaltou Flexa.

Para o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), reajustar os salários dos agentes comunitários é o mesmo que aumentar o investimento em prevenção.

— Não é aumento, mas equilíbrio do salário desses profissionais. Sem eles não vamos conseguir controlar os diversos tipos de doenças, além de aumentar a despesa com a saúde curativa — disse o deputado.

O deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) lembrou que o reajuste é uma luta antiga desses profissionais:

— São cerca 300 mil agentes comunitários e 100 mil agentes de combate às endemias no país que, desde 2013, vêm lutando para que possamos ter uma legislação que garanta as suas atividades e um salário digno.

Próxima sessão

A próxima sessão do Congresso Nacional será em 24 de outubro.

A data foi agendada ontem pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, logo após a análise dos vetos do presidente Michel Temer.

Há outros sete vetos a serem examinados na próxima vez que senadores e deputados se reunirem.



Agente de saúde visita família, dá orientação sobre higiene e acompanha a cartela de vacinação das crianças

“Agentes de saúde são anjos da guarda”, diz Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comemorou ontem a derrubada do veto ao piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

A remuneração nacional foi incluída na medida provisória que regulamenta a atividade da categoria, aprovada em julho pelo Congresso Nacional.

O presidente Michel Temer sancionou a regulamentação profissional dos agentes, mas vetou os seis pontos incluídos pela Congresso, que tratavam do reajuste.

— Os agentes comunitários têm um papel fundamental numa saúde que é precária, principalmente para os pobres do Brasil. Essas pessoas são anjos da guarda

da sem asas. Estão todos os dias nas portas de pessoas que não têm condição de tratamento, que não têm um plano de saúde, que ficam três, quatro meses numa fila para conseguir atendimento no Sistema Único de Saúde. É mais do que justo e correto — afirmou Eunício.

Justificativa

Com a derrubada do veto, voltam a valer os valores incluídos no projeto de lei de conversão oriundo da MP 827/2018.

De acordo com o Palácio do Planalto, o Congresso criou despesas obrigatórias sem previsão orçamentária e pode prejudicar o ajuste das contas públicas. Eunício discordou

dessa avaliação. O presidente do Senado lembrou que a Presidência da República enviou recentemente ao Congresso nove projetos de lei (PLNs) que liberam dinheiro para ministérios.

— Acabo de receber e vou pautar por dever de ofício R\$ 30 bilhões de PLNs. Desse dinheiro, pelo menos R\$ 9 bilhões vêm por excesso de arrecadação. Então, se há excesso de arrecadação, se tem dinheiro sobrando, não pode ser esse o argumento para não votar determinadas matérias porque não há recursos. Se não houvesse recursos, esses PLNs não teriam chegado ao Congresso por excesso de arrecadação — argumentou Eunício.

Oito vetos presidenciais estão mantidos após discussão no Congresso Nacional

O Congresso Nacional decidiu manter oito vetos presidenciais que foram analisados na sessão conjunta de ontem. Entre eles, está o veto à anistia de multas concedida a caminhoneiros durante a greve do início deste ano. Para o Palácio do Planalto, a anistia é inconstitucional, uma vez que o poder público não pode renunciar a receitas.

Dos 16 vetos em pauta, apenas um foi integralmente derrubado: o que se referia ao piso salarial dos agentes de saúde e de combate às endemias (VET 32/2018). Outro veto associado a medidas tomadas em decorrência da greve dos caminhoneiros foi mantido pelo Congresso (VET 34/2018), impedindo que as indenizações para policiais rodoviários federais que trabalharam em período de folga, fossem firmadas por decreto. A medida provisória foi editada para contemplar os policiais

que atuaram durante o movimento dos caminhoneiros. Os Ministérios da Justiça e da Fazenda alegaram a inconstitucionalidade da medida.

Também foi preservado o veto por meio do qual o Executivo excluiu um dispositivo legal que criava cota para a recepção de imigrantes por estado ou município (VET 24/2018). A medida era parte da lei que regulamenta o acolhimento de refugiados (Lei 13.684). De acordo com o Palácio do Planalto, a proposta viola o direito de locomoção, garantido pela Constituição.

Simple Nacional

O Congresso voltará a se reunir no dia 24 com sete vetos na pauta. Três deles serão apreciados integralmente. É o caso, por exemplo, do VET 29/2018, que trata de alterações no Simple Nacional. O Palácio do Planalto sugere a derrubada integral do projeto

de lei da Câmara que permite a readmissão de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do regime especial do Simple Nacional em razão de dívidas tributárias.

Isenção tributária

Os demais vetos já tiveram alguns trechos mantidos, mas dependem de avaliação final sobre o restante. O VET 19/2018, por exemplo, incide sobre a lei que autoriza empresas de tecnologia da informação e da comunicação a investirem em atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação como contrapartida para recebimento de isenções tributárias. Um dos dispositivos vetados é a possibilidade de enquadrar, entre os gastos passíveis do benefício, a modernização de infraestrutura física e de laboratórios nas empresas.

Textos analisados

VET 21/2018	Retira diversas categorias do processo de transposição de servidores públicos de ex-territórios para o quadro da União, prevista na Lei 13.681
VET 23/2018	Retira da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587) a previsão de que regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes constituíssem autoridade metropolitana de transportes, no formato de consórcio público
VET 24/2018	Cria medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrentes de fluxo migratório provocado por crise humanitária
VET 26/2018	Altera a lei regulamentadora da profissão de físico (Lei 13.691) para excluir a abertura para exercício profissional pelos não diplomados e a exclusividade de determinados cargos públicos para físicos formados
VET 27/2018	Exclui a previsão de publicidade dos gastos com pessoal decorrentes da intervenção federal que ocorre na segurança pública do Rio de Janeiro
VET 28/2018	Remove da Política Nacional de Irrigação (Lei 13.702) a classificação de obras de infraestrutura do setor como de interesse público para fins de licenciamento ambiental
VET 30/2018	Anistia as multas aplicadas a caminhoneiros e empresas transportadoras durante a greve da categoria, ocorrida entre 21 de maio e 4 de junho deste ano
VET 34/2018	Institui indenização temporária para policiais rodoviários federais que deixarem de gozar integralmente o repouso remunerado de seu regime de turno ou escala

Agência Acre



Texto sobre serviços de cartórios beneficia os cidadãos e foi apresentado pela Comissão de Desburocratização

Vai à Câmara projeto sobre documentos em cartórios

Pela proposta, que segue para análise da Câmara, o cidadão poderá pedir e receber na cidade onde mora documentos registrados em cartórios de especialidade semelhante em todo o Brasil

OS CARTÓRIOS PODEM ser obrigados a intermediar os pedidos de usuários feitos a unidades de outras cidades do país. É o que determina o Projeto de Lei do Senado 17/2018, aprovado ontem pelo Plenário. A proposta apresentada pela Comissão Mista da Desburocratização tramitava em regime de urgência e segue agora para a Câmara dos Deputados.

Segundo o projeto, o cidadão

pode pedir e receber na cidade onde mora documentos registrados em cartórios de especialidade semelhante em todo o território nacional. A intermediação deve ocorrer preferencialmente por meio eletrônico, mas pode acontecer também por meio físico.

O texto previa a cobrança para a intermediação, mas o relator, Omar Aziz (PSD-AM), acatou uma emenda que torna o serviço gratuito.

“Muitas pessoas nascem numa cidade e se mudam. Depois, para conseguir um registro de nascimento, têm que voltar à cidade de nascimento. É uma burocracia, quando hoje já está tudo interligado. Não é para cobrar absolutamente nada, haja vista que os cartórios exercem atribuição concedida pelo poder público no interesse da sociedade”, argumenta o senador na justificativa.

Comissão acata emenda que amplia horário de cartório

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem emenda ao projeto de lei que amplia o horário de funcionamento dos cartórios (PLS 15/2018). A emenda havia sido apresentada em Plenário pelo senador Eduardo Lopes (PRB-RJ).

A intenção foi evitar a interpretação de que o tabelião de notas, ao praticar atos fora de sua serventia, pudesse entrar na competência de outras categorias de notários e registradores, como tabeliães de protesto de títulos, oficiais de registro de imóveis ou oficiais de registro civis das pessoas naturais.

— Não seria lógico que os tabelionatos de notas, apenas por estarem realizando atos fora da sede da serventia, pudessem invadir a competência própria de outros cartórios — afirmou o relator, Lasier Martins (PSD-RS), que votou a favor da emenda.

O projeto retorna agora ao Plenário. A proposta foi elaborada pela Comissão Mista de Desburocratização e apresentada no encerramento dos trabalhos legislativos do ano passado. A CCJ ficou responsável pela análise da emenda.

Expediente atual

Atualmente muitos tribunais definem o funcionamento dos cartórios em seis horas diárias e não admitem a possibilidade de ampliação do expediente. Se a proposta for aprovada, a extensão do horário será possível apenas com comunicação ao juiz, sem necessidade de autorização.

Pela Lei 8.935, de 1994, o atendimento nos cartórios, nos fins de semana e feriados é feito em regime de plantão. A norma também impede o tabelião de notas de exercer atos de seu ofício fora do município onde o cartório está localizado.

Agência pode ter de prestar contas ao Congresso

A prestação de contas obrigatória anual das agências reguladoras ao Congresso Nacional foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A intenção do autor, senador Waldemir Moka (MDB-MS), é dar transparência a esses órgãos e facilitar o trabalho fiscalizador do Legislativo.

O relator do PLS 13/2013, Dalirio Beber (PSDB-SC), apresentou parecer favorável na forma de um texto substitutivo que impõe essa determinação a todas as agências reguladoras e prevê as condições de apresentação do plano estratégico quadriênio e do plano de gestão anual delas. Segundo o senador, a gestão e o controle social dessas instituições serão exercidos com base em planos estratégicos setoriais, elaborados a cada quadriênio pelas agências. Ele rejeitou outros sete projetos de lei de Moka, de conteúdo semelhante, que tramitavam em conjunto.

Dalirio aponta que, atualmente, os relatórios submetidos pelas agências reguladoras apresentam ausências graves em questões simples, como a evolução dos preços pratica-

dos pelo país ou a aferição do investimento necessário para iniciar a oferta de um serviço em determinado município ainda desatendido. De acordo com ele, o simples relato do que a agência fez em um ano não fornece meios de comparação ou de crítica fundamentada. É isso que o projeto pretende resolver.

Entre as instituições abrangidas pela futura lei, estarão a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Agência

Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Agência Nacional de Águas (ANA).

A presidente da CAS, Marta Suplicy (MDB-SP), acredita que o PLS 13/2013 ajudará a mudar o comportamento dessas agências reguladoras, que, segundo ela, atuam sem regulamentação.

Agora o projeto será analisado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, em seguida, pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Depois, deverá passar pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde receberá decisão terminativa.



Relator na CAS, Dalirio cobra mais informação das agências reguladoras

País terá novo embaixador em Helsinque, na Finlândia

O Senado aprovou ontem a indicação do ministro de primeira classe João Luiz de Barros Pereira Pinto para o cargo de embaixador do Brasil na Finlândia. A nomeação obteve 38 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção.

Ele nasceu em Londres, filho de pais brasileiros. Ingressou na carreira diplomática em 1982, tendo exercido funções como chefe do Departamento de Informática da Presidência da República, chefe da Divisão de Informática do Ministério das Relações Exteriores e diretor do Departamento da América do Sul da pasta.

O diplomata serviu em Washington e em Quito e chefiou a delegação do Brasil na 11ª Reunião de Peritos da Organização Latino-Americana de Energia em 1994. Desde 2014, é embaixador do Brasil na Guatemala.

Durante a sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em junho, ele disse aos senadores ser possível ampliar o intercâmbio no setor de energia entre Brasil e Finlândia.

O diplomata admitiu que as trocas comerciais entre as duas nações ainda são modestas, da ordem de US\$ 813 milhões (segundo dados de 2017), dos quais US\$ 290 milhões foram exportações brasileiras e US\$ 523 milhões importações da Finlândia. Por isso, ele anunciou que pretende buscar nichos de investimento para empresas brasileiras no mercado da nação nórdica.

O Brasil exporta, principalmente, café, minério de cobre e ferroligas, e importa, sobretudo, máquinas mecânicas, papel, cartões e produtos farmacêuticos.

O país europeu possui área de aproximadamente 340 mil quilômetros quadrados, ocupada por 5,5 milhões de habitantes. A capital é Helsinque. O Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,895 (23º no ranking entre 188 países). Há registro de 1.428 brasileiros na Finlândia.

Brasil e Finlândia estabeleceram relações diplomáticas em 1929 e, desde então, têm mantido relações cordiais. Quanto ao comércio, o intercâmbio vem caindo desde 2011.

Textos contra burocracia vão para a Câmara

Propostas facilitam abertura e fechamento de empresas, estabelecem normas para serviços notariais e de registro e simplificam o encerramento de sociedades simples

FORAM APROVADOS ONTEM pelo Plenário três projetos com objetivo de diminuir a burocracia para empresas. Os textos foram elaborados pela Comissão da Desburocratização, que funcionou entre 2016 e 2017 e recomendou mudanças em procedimentos de órgãos da administração pública federal. Os textos seguem para a Câmara.

O primeiro a ser aprovado foi o PLS 9/2018, que trata da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). O sistema permite abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas em todas as juntas comerciais do Brasil. O projeto possibilita ao usuário efetuar os serviços da Redesim diretamente pela internet.

Os senadores também aprovaram o PLS 18/2018. O texto



Eunício Oliveira (C), ao lado de Dário Berger (E), na sessão para votar projetos da Comissão da Desburocratização

prevê que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve estabelecer normas mínimas para os serviços notariais e de registro em todo o país. A intenção é evitar divergências entre as normas produzidas pelos tribunais de Justiça estaduais.

O outro texto aprovado foi o

PLS 24/2018, que simplifica o encerramento de sociedades simples, em nome coletivo e limitadas. O texto altera o Código Civil para propor o encerramento imediato dessas sociedades quando pelo menos dois terços dos sócios declararem a inexistência de

dívidas ou de dinheiro e bens a partilhar. Caso a empresa encerre e haja pendência financeira, os sócios responderão com o patrimônio pessoal.

O projeto foi apresentado originalmente pelo deputado Julio Lopes (PP-RJ) como PL 8.534/2017 na Câmara,

mas foi incorporado ao rol de propostas apresentadas no relatório final da Comissão da Desburocratização, em dezembro de 2017.

Outros projetos

Outros três textos passaram pela primeira discussão na terça e ainda não foram votados: o PLS 10/2018, que autoriza a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada por pessoa física ou jurídica, sem prefixação do capital social mínimo; o PLS 19/2018, que estabelece como sujeita a protesto qualquer prova escrita de dívida, como notas fiscais, boletos bancários e até mensagens eletrônicas; e o PLS 22/2018, que determina que documentos assinados pelo devedor são considerados título executivo extrajudicial, mesmo sem assinatura de testemunhas.

Regras da duplicata virtual seguem para sanção

O Senado aprovou ontem projeto de lei que regulamenta a duplicata eletrônica. O texto, aprovado na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tramitou em regime de urgência e, como só sofreu mudanças de redação, não voltará à Câmara dos Deputados, seguindo para análise presidencial.

O PLC 73/2018 moderniza a emissão desse comprovante de crédito, gerado pela venda de mercadorias ou prestação de serviços.

A proposta, de autoria do deputado Julio Lopes (PP-RJ), estabelece que as duplicatas deverão ser registradas em sistema eletrônico por entidades autorizadas pelo Banco Central (BC), que deverão guardar os títulos, formalizar recibos de pagamento e fazer a transferência de titularidade.

Caberá ao Conselho

Monetário Nacional (CMN) fixar as diretrizes dessa escrituração.

A duplicata em papel, entretanto, continuará sendo emitida, especialmente em locais com dificuldades de acesso aos recursos de informática.

— O ganho de segurança e a redução de custos operacionais poderão gerar aumento do acesso ao crédito e a taxas de juros mais baixas para o sistema produtivo e para o comércio — afirmou o relator na CAE, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Requisitos

O projeto detalha a escrituração eletrônica e considera título executivo, sujeito a protesto, tanto a duplicata escritural quanto a virtual. Mas exige, para a execução do documento eletrônico, que ele esteja acompanhado

dos extratos de registros feitos pelos gestores do sistema.

A proposta também torna nula cláusula contratual que impeça a emissão e a comercialização da duplicata virtual e determina a aplicação subsidiária da Lei 5.474, de 1968, que regula as duplicatas em papel.

Potencial

O relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no Plenário, Armando Monteiro (PTB-PE), disse acreditar haver potencial para empréstimos garantidos por duplicatas virtuais da ordem de 5,3% do PIB — ou R\$ 347 bilhões.

— É um avanço importante nessa agenda de reformas microeconômicas que o Senado pode fazer avançar nesse ano legislativo. A meu ver, é um coroamento dessa agenda — comemorou.

Acordo de cooperação contra crime no Mercosul é aprovado

Os senadores aprovaram ontem projeto de decreto legislativo que confirma o texto do acordo de cooperação entre os membros e associados do Mercosul para criar equipes conjuntas de investigação (PDS 104/2018). O acordo foi assinado em San Juan, na Argentina, em 2 de agosto de 2010. O projeto segue para promulgação.

O objetivo é reforçar a cooperação penal entre os Estados-partes e Estados associados do Mercosul, aprimorando o combate ao crime organizado transnacional, a atos de terrorismo e a outros delitos similares. O acordo prevê equipes conjuntas para a investigação de condutas delituosas que, por suas características transnacionais, exijam a atuação coordenada das autoridades competentes

de mais de um país.

Para Ana Amélia (PP-RS), que relatou o projeto na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o acordo é extremamente relevante por aprimorar o combate ao crime organizado transnacional, como tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e terrorismo.

“O instrumento internacional em exame coaduna-se, perfeitamente, com o interesse do Brasil em reforçar a cooperação em matéria penal no âmbito do Mercosul e Estados associados, de forma a coibir, com maior eficácia e eficiência, as práticas delituosas transnacionais, que acabam por causar impactos também internamente, nas sociedades dos países, gerando grandes sofrimentos, intranquilidade e insegurança nas populações”, afirma a senadora

Senadores aprovam três novos diretores para a Agência Nacional de Mineração

O Plenário aprovou ontem as indicações de Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho, Tasso Mendonça Júnior e Eduardo Araújo de Souza Leão para os cargos de diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM). A aprovação será comunicada à Presidência da República.

Criada no fim de 2017, a ANM assumiu as funções exercidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculado ao Ministério de Minas e Energia e responsável pela outorga e fiscalização das concessões

minerais no país.

A indicação de Pessoa Filho foi relatada pelo senador Valdir Raupp (MDB-RO). O senador Wilder Moraes (DEM-GO) foi o relator da indicação de Mendonça Júnior e o senador Eduardo Braga (MDB-AM) relatou a indicação de Souza Leão.

Sabatina

Mais cedo, a Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou, após sabatina, os três nomes dos indicados para a agência. Todos obtiveram a aprovação de 15 dos 16 votos dos integrantes

do colegiado. As indicações seguiram para Plenário em regime de urgência após aprovação de requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Os sabatinados ressaltaram a necessidade de a ANM ter integração e sinergia com órgãos ambientais e policiais a fim de diminuir a burocracia na liberação de outorgas de lavras e de estudos ambientais em regiões de mineração.

Outra indicação

Também foi lido relatório, do senador Wellington Fagundes (PR-MT), sobre a indicação de

Debora Toci Puccini para o cargo de diretora da agência, por mandato de três anos. Graduada em geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ela é especializada em gestão e planejamento estratégico. Atualmente ocupa a função de diretora de Mineração e Meio Ambiente do Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro, onde coordena diversos projetos tecnológicos na área.

O presidente da comissão, Eduardo Braga (MDB-AM), concedeu vista coletiva do re-

latório aos demais senadores, e a sabatina da indicada deve ser feita na próxima semana. O senador parabenizou os indicados e disse esperar que a agência seja instalada ainda neste ano.

— Que seja um desenvolvimento cada vez mais democrático, que dê opções para que o pequeno, o médio e o grande possam exercer essa atividade, que é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento da nossa economia. Nossas esperanças são muito grandes no crescimento dessa agência — afirmou Braga.

Cobrança extra da Petros será tema de debate

Segundo maior fundo de pensão da América Latina, a Fundação Petrobras de Seguridade Social vem impondo novos valores a participantes e associados para cobrir rombo

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou requerimento de Fátima Bezerra (PT-RN) para que seja realizada uma audiência pública sobre as cobranças adicionais que a Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), segundo maior fundo de pensão da América Latina, vem impondo a seus participantes e assistidos.

Com o objetivo de cobrir um rombo de R\$ 27,7 bilhões, a Petros elevou a contribuição previdenciária dos empregados da Petrobras, o que tem causado uma enxurrada de liminares judiciais contra a cobrança.

— Alguns sindicatos de petroleiros têm conquistado vitórias pontuais para sustar a cobrança adicional imposta pela Petros, que está prejudicando sobretudo os

aposentados, que já têm um orçamento reduzido. Esse é um problema que está se agravando e envolve petroleiros de todo o país. É preciso encontrar uma saída para mais esse retrocesso que vem impactando a vida de quase 150 mil trabalhadores que confiaram na Petros — protestou o vice-presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), ao ler o requerimento de Fátima.

Outros temas

Também na reunião de hoje, foi aprovada a realização de audiência pública para debater o Projeto Esperança — Socioeducação. O projeto foi implantado em 2016 pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com a Faculdade de Cuiabá com o objetivo de atuar na preven-



Vice-presidente da CDH, Paulo Paim, e senador Pedro Chaves em reunião que aprovou a audiência pública

ção de atos de violência contra mulheres e na reeducação de agressores e violadores dos direitos femininos.

A comissão aprovou ainda uma audiência visando ins-

truir o PLS 43/2018, que trata das normas legais referentes aos direitos de crianças cujos pais estejam submetidos a medidas privativas de liberdade. O projeto facilita o con-

vívio familiar nesses casos.

As datas das audiências aprovadas ainda serão definidas pela presidente do colegiado, senadora Regina Sousa (PT-PI).

Projeto que muda índice de correção de débito trabalhista está na pauta de comissão

Os senadores podem apresentar até hoje emendas ao projeto de lei que determina que os débitos trabalhistas passem a ser corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Atualmente essas dívidas são atualizadas pela Taxa Referencial (TR).

De Lasier Martins (PSD-RS), o PLS 396/2018 será votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto faz alterações na Lei 8.177,

de 1991, e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar que os débitos trabalhistas de qualquer natureza em atraso serão corrigidos pelo IPCA-E, “acumulado no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento”.

De acordo com o senador, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) já decidiu que o uso da TR como índice de correção de débitos trabalhistas não preserva o poder aquisitivo desses

recursos e determinou o uso do IPCA-E.

Para ele, o IPCA-E reflete de maneira mais fidedigna a variação do custo de vida da população, pois é calculado com base no custo de vida de famílias que ganham de 1 a 40 salários mínimos. Ele leva em conta despesas como moradia, alimentação, saúde, higiene pessoal, educação, transporte e vestuário. Já a TR é o índice usado para a correção monetária dos depósitos em caderneta de poupança.

“O TST considera que a utilização

da TR não preserva o poder aquisitivo das verbas trabalhistas não quitadas no momento oportuno pelo empregador. A sua incidência sobre débitos trabalhistas representa, de acordo com a corte superior laboral, vilipêndio ao direito de propriedade do trabalhador, que não terá o seu patrimônio preservado contra a ação deletéria do tempo sobre os valores não quitados tempestivamente pelo tomador dos serviços”, afirma Lasier na justificativa da proposta.

Ana Amélia diz que PT “prova do próprio veneno” com fake news

Ana Amélia (PP-RS) afirmou ontem que o PT “está provando do seu próprio veneno” ao se dizer vítima de uma onda de fake news na campanha eleitoral. Ela lembrou que antes das eleições o partido se negou a assinar um acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para evitar as notícias falsas que, de acordo com a



senadora, afeta os dois lados da luta política.

— Mas o PT errará de novo se acreditar que foram as mentiras que criaram o problema atual. Foram as verdades que ele, PT, não tem conseguido encarar.

A senadora destacou ainda a importância de que o país se unifique e pacifique após as eleições.

Bolsonaro é a esperança para os brasileiros, afirma Wilder Morais

Wilder Morais (DEM-GO) defendeu a candidatura do deputado federal Jair Bolsonaro à Presidência da República. O senador acredita que Bolsonaro seja a esperança para brasileiros que querem emprego, segurança e educação.

— Será eleito sem amarras, ou seja, com independência. Vai ser livre para compor uma



equipe de alto nível sem lotear cargos. Só assim para conseguir uma equipe de gente de bem, ficha limpa, competente, comprometida com a nação.

Para ele, o candidato tem sido vítima de fake news (notícias falsas):

— Inventam tudo, aumentam, distorcem, mas não conseguem reduzir o ânimo da população.

Para Gleisi, candidato do PSL é responsável por onda de violência

Gleisi Hoffmann (PT-PR) acusou Jair Bolsonaro de ser o responsável pela “onda de violência” na política brasileira. Ela citou uma série de agressões e mortes que estariam associadas a apoiadores do candidato do PSL. Para a senadora, Bolsonaro “simboliza a violência, a crueldade, a barbárie” e, dessa forma, libera práticas “nefastas e violentas”



a seus eleitores.

— Agora são os homossexuais, são os gays, a população LGBT, as mulheres; daqui a pouco, será a população negra; daqui a pouco, será a população mais pobre; e, daqui a pouco, serão aqueles que divergirão das suas ideias, porque com quem não tem causa e projeto não tem discussão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Emendas ao Orçamento vão até 1º de novembro

Prazo foi estipulado após negociação da CMO com o presidente do Senado, Eunício Oliveira. O projeto de lei orçamentária de 2019 tem de ser aprovado pelo Congresso Nacional até 22 de dezembro

O PRAZO PARA a apresentação de emendas ao projeto do Orçamento de 2019 (PLN 27/2018) se encerrará no dia 1º de novembro, uma quinta-feira. A data foi informada ontem pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), após negociação com o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Negromonte havia pedido a Eunício um prazo maior, até 8 de novembro, mas não foi possível uma prorrogação tão grande.

— Essa data foi a possível, em entendimento com o presidente do Congresso — afirmou o deputado.

Os parlamentares, as comissões permanentes da Câmara e do Senado, assim como as bancadas estaduais, têm direito de apresentar

emendas ao projeto de Orçamento. Caso percam o prazo, projetos e programas podem ser paralisados por falta de verbas. Daí a importância da data-limite.

Além disso, o Orçamento de 2019 tem de ser votado até 22 de dezembro. Caso não o seja, o governo que tomará posse em 1º de janeiro de 2019 terá de governar usando 1/2 do Orçamento de 2018 por mês, com a correção da inflação, até que o PLN 27/2018 seja votado.

Eunício informou no dia anterior que representantes de ambos os candidatos à Presidência da República que disputarão o segundo turno — Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) — entraram em contato com ele manifestando o interesse de terem alguma participação



Deputado Covatti Filho (E) e o presidente da comissão, deputado Mário Negromonte Jr. (C), na reunião

mais ativa na votação do Orçamento ainda este ano.

Créditos

A CMO também aprovou o relatório de quatro projetos de lei de autoria do governo, que concedem três créditos

especiais e um crédito suplementar, totalizando mais de R\$ 168 milhões. Foram os PLNs 11/2018, 15/2018, 16/2018 e 19/2018.

Além disso, foi aprovado requerimento de convite aos ministros da Agricultura, Blai-

ro Maggi, e do Planejamento, Esteves Colnago Junior, e ao secretário de Orçamento Federal, George de Aguiar Soares, para falarem à CMO em audiência sobre o cancelamento de verbas a programas de fomento ao setor agropecuário.

Comissão aprova R\$ 730 mi para defesa e tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem o relatório do senador Aírton Sandoval (MDB-SP) com quatro emendas do colegiado ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2019 (PLS 27/2018).

O relatório definiu acréscimo de R\$ 330 milhões para o Ministério da Defesa, dos quais R\$ 150 milhões para a

Marinha custear a construção de submarino de propulsão nuclear e R\$ 180 milhões para o Exército implementar o Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020.

As outras duas emendas destinam R\$ 400 milhões ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Serão R\$ 200 milhões para iniciativas e projetos de inclusão

digital e R\$ 200 milhões para o custeio da administração direta.

O relator justificou a escolha afirmando que optou pelas ações de ciência, tecnologia e inovação com mais amplo apoio parlamentar.

— Conseguimos prestigiar quatro unidades orçamentárias distintas, de três órgãos diferentes — disse.

Senado confirma 164 cargos para Ministério da Segurança Pública

A medida provisória que criou 164 cargos comissionados para o Ministério da Segurança Pública foi aprovada ontem pelo Senado em votação simbólica — aquela em que não há registro individual de votos porque há acordo sobre a proposta. O texto segue para promulgação. A medida perderia a validade ontem, caso não fosse votada.

Os cargos previstos na MP 840/2018 são do grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS): 17 DAS-5, 58 DAS-4, 37 DAS-3, 24 DAS-2 e 28 DAS-1. Cada DAS possui um nível salarial diferente.

Os cargos complementam a criação do próprio ministério, que ocorreu pela MP 821/2018 no começo do ano. As funções têm a finalidade de contribuir com a estru-

ção da área administrativa do órgão, visto que a MP que instituiu a pasta apenas realocou cargos nas áreas fins.

Os novos cargos são de livre nomeação e destinam-se tanto a servidores públicos de carreira (ativos e inativos) quanto a pessoas sem vínculo com a administração pública federal.

Segundo o governo, o provimento dos cargos acarretará impacto orçamentário de R\$ 14 milhões em 2018, R\$ 19,4 milhões em 2019 e R\$ 19,5 milhões em 2020. A medida provisória determina que o provimento estará condicionado à expressa autorização na Lei Orçamentária Anual (LOA) e à permissão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Com Agência Câmara



Senador Flexa Ribeiro (D) preside reunião da CCT observado pelo relator das emendas, Aírton Sandoval

Hélio José cobra indicações dos partidos para CPI do setor elétrico

Hélio José (Pros-DF) pediu ontem que a Presidência do Senado cobre das lideranças partidárias a indicação de membros para compor a CPI do Setor Elétrico. Proponente da comissão, o senador lembrou o Dia do Eletricista. Segundo ele, os eletricitistas prestam serviços de caráter estratégico para a sociedade.

— Dos grandes con-



glomerados até as residências, a energia elétrica precisa ser cuidada com toda a segurança e eficiência. Essa interface que garante o serviço de entrega de energia é feita pelos eletricitários. Tudo depende da eletrificação, desde uma tecla que se aperta num caixa eletrônico, até o funcionamento de um centro cirúrgico.

Lídice da Mata critica cortes no orçamento da educação infantil

Lídice da Mata (PSB-BA) citou ontem estatísticas sobre o aumento da violência contra crianças e adolescentes. Ela criticou o “encolhimento” da preocupação do governo federal com a área.

— Não se pode desenvolver políticas públicas condizentes com a necessidade da população com cortes orçamentários que chegaram a 17%



de diminuição do orçamento para a educação infantil — defendeu.

A senadora comemorou o aumento da bancada feminina no Congresso, apesar de o número de eleitas ainda ser pequeno. Para Lídice, o aumento resultou da determinação do TSE de destinar 30% do Fundo Eleitoral para as campanhas de mulheres.

Vanessa celebra veto a projeto que permitia privatização de energia

A rejeição do Projeto de Lei da Câmara 77/2018, que abria caminho para a privatização de distribuidoras de energia, como a Amazonas Energia, foi comemorada ontem por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— Não podemos tomar decisões tão importantes, que mexem não só com uma região, mas com a economia do Esta-



do brasileiro, no exato momento em que a população discute quem será o futuro presidente da República.

A senadora lamentou ainda promessa do economista Paulo Guedes, que assessora o candidato Jair Bolsonaro, de que, caso ele vença Fernando Haddad nas eleições, haverá a “privatização de tudo” no Brasil.

Avança projeto que regula controle de pragas urbanas

Aprovada ontem em comissão, proposta seguiu para o Plenário e estabelece que o combate a pequenos animais, como insetos, deve ser feito por empresas autorizadas pelo Ministério da Saúde

SEGUIU PARA O Plenário do Senado um projeto de lei que regulamenta o controle e o combate a insetos e pequenos animais que proliferam desordenadamente nas cidades e oferecem risco à saúde humana — entre eles, baratas, moscas, pernilongos, formigas, escorpiões, morcegos, ratos, pombos e caramujos.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 65/2016 foi aprovado ontem por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator, senador Waldemir Moka (MDB-MS), leu parecer pela aprovação do texto e de emendas propostas na Comissão de Meio Ambiente (CMA) que ajustam a redação.

O objetivo do projeto é estruturar o setor, já que as

empresas controladoras desses insetos e animais atuam obedecendo a normas técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas sem legislação específica. De acordo com o projeto, o controle dessas pragas deverá ser feito por empresas especializadas autorizadas pelo Ministério da Saúde e licenciadas pelas vigilâncias sanitária e ambiental do estado ou município.

O projeto não considera empresas especializadas no controle de pragas as de limpeza, higienização, desentupimento e manutenção — assim como quaisquer outras empresas de prestação de serviços — que não tiverem os licenciamentos exigidos.

O texto determina que aplicadores, operadores e técnicos sejam submetidos a treinamento específico e periodicamente atualizado. Também estabelece, entre outros pontos, que as empresas deverão implementar um manual de procedimentos operacionais padronizados no serviço de controle de vetores e pragas.



Fábrica em Taubaté (SP): política se baseia em incentivos fiscais

Votação de MP sobre setor automotivo é remarçada

A comissão mista da MP 843/2018, que institui uma nova política industrial para o setor automotivo, suspendeu a reunião de ontem que deveria votar o relatório do deputado Alfredo Kaefer (PP-PR). A reunião foi remarçada para terça-feira, às 15h.

O Programa Rota 2030 — Mobilidade e Logística substituirá o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017. Como a política anterior, o Rota 2030 baseia-se em incentivos fiscais, que somam R\$ 1,5 bilhão ao ano, durante cinco anos. Como contrapartida, as empresas que aderirem ao programa terão que cumprir requisitos, principalmente com investimentos em pesquisa

e desenvolvimento (P&D). O governo afirma que a indústria fará um aporte mínimo de R\$ 5 bilhões por ano em P&D.

A MP 843/2018 contempla medidas para o desenvolvimento tecnológico da cadeia de autopeças e requisitos para a comercialização de veículos, ambos com concessão de benefícios fiscais. Em complemento ao novo regime, foi publicado decreto que reduz tributos sobre veículos híbridos e elétricos.

Os benefícios somam R\$ 2,1 bilhões em 2019, valor que terá que ser previsto no Orçamento. A política vinha sendo discutida desde o ano passado. O Brasil é o nono maior produtor de veículos.



Relator na CAS, Waldemir Moka é favorável à aprovação da proposta

ELEIÇÕES 2018

Fabiano Contarato (Rede-ES)



Fabiano Contarato pretende mudar as leis de trânsito

Contarato defende prisão para crimes de trânsito

Eleito com 1,1 milhão de votos, Fabiano Contarato (Rede-ES) chegará ao Senado em fevereiro para seu primeiro mandato eletivo. Aos 52 anos, o professor, delegado da Polícia Civil e ex-corregedor-geral do Espírito Santo foi o senador mais votado do estado.

Delegado de Delitos de Trânsito por mais de dez anos, Contarato afirmou que quer usar de seu conhecimento no assunto para nortear a atuação no Senado. Ele defende

alterações na legislação de trânsito para, por exemplo, endurecer a punição de motoristas que cometem infração embriagados.

— É inadmissível que, na lei de trânsito, existam 11 crimes e que a pena pode chegar a dez anos de prisão, mas a pessoa não vai ficar nem um dia presa. O Código Penal é claro: as penas de restrição de direito substituem as penas de prisão quando o crime é culposo — explicou.

Leila do Vôlei (PSB-DF)



Leila é a primeira mulher eleita para o Senado pelo DF

Leila do Vôlei pede Lei Maria da Penha mais dura

Primeira senadora mulher eleita pelo Distrito Federal, Leila Gomes de Barros Rêgo, a Leila do Vôlei (PSB), assume pela primeira vez um cargo eletivo, depois de conquistar 467.787 votos. Aos 47 anos, jogadora profissional de vôlei, com três Olimpíadas no currículo (1992, 1996 e 2000), sendo em duas delas medalhista de bronze, era até abril, secretária de Esportes e Lazer do Distrito Federal.

Em visita ao Senado, Leila

afirmou que já está estudando o Regimento da Casa e que o diálogo será a sua principal ferramenta para trabalhar no Senado. Ela apontou como prioridade para seu mandato aumentar o rigor da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006).

— Todas [as mulheres] pedem que a lei seja mais rígida, então por que não nos próximos 100 dias a gente pedir uma revisão, discutirmos mais?

Mara Gabrilli (PSDB-SP)



Mara Gabrilli é defensora dos direitos dos deficientes

Mara Gabrilli quer gasto público de qualidade

Eleita com 6,5 milhões de votos, Mara Gabrilli (PSDB-SP) promete um mandato em defesa da qualidade do gasto público e do combate à corrupção. Ela disse que vai sugerir a criação de uma comissão permanente de combate à corrupção e uma frente parlamentar em defesa da qualidade do gasto público.

A futura senadora, que é deputada federal, destacou que os órgãos de controle têm feito um trabalho eficiente,

mas aponta a falta de órgãos que avaliem a qualidade do gasto público. Segundo ela, se houver uma preocupação maior com o modo como os recursos públicos são gastos, o Brasil pode dar um salto na qualidade da sua estrutura e de seus serviços públicos, fazendo "mais com menos".

Mara Gabrilli ressaltou que manterá sua "bandeira clássica", sempre presente em sua vida pública, que é a defesa do direito das pessoas com deficiência.

A partir de hoje, o **Jornal do Senado** publicará diariamente matérias com cada um dos 54 senadores eleitos em outubro, que tomam posse em 2019 para mandatos de 8 anos